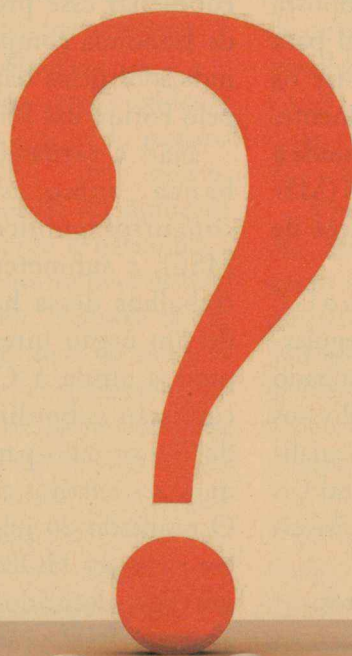


Jornal da Adunicamp

SINDICATO
ANDES
NACIONAL
Filial de
Coatim



Carreira:

*O que está em questão
nesta nova reforma?
(pg. 3)*

Entrevista

Plínio de Arruda Sampaio e Francisco de Oliveira falam sobre a relação entre universidade e as grandes questões nacionais (pg. 4 e 5)

HC

Autarquia dos hospitais escola começa a ser discutida na Unicamp (pg. 6)

Eventos

Veja a programação da Adunicamp para o começo do 2º semestre (pg. 8)

CARREIRA DOCENTE EM DEBATE NA UNICAMP

Está em curso o processo de reforma da carreira docente. Já foi divulgado um projeto de autoria da Administração Superior. O Prof. Edgar Salvadori de Decca, Coordenador Geral da Universidade, encabeça o processo de debates sobre a proposta.

A ADUNICAMP já apresentou vários questionamentos, surgidos em análises do GT Carreira, aos professores de Decca, Paulo Eduardo Moreira da Silva (PRDU) e José Ranali (Chefe do GR).

É da maior importância que a comunidade participe intensamente do debate, pois a UNICAMP mudou muito na última década: o número de docentes não-aposentados caiu cerca de 10% enquanto o número de cursos na graduação cresceu 61% (e o de vagas 75%) tendo o número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* sofrido um acréscimo de 117%. Paralelamente, há 459 PEDs dos quais os 55, na categoria A, têm funções de ensino idênticas às dos docentes. Há ainda 172 professores colaboradores voluntários (número de 2008), que, em sua maioria, são responsáveis por disciplinas curriculares, tanto de graduação como de pós, e, em tese, ocupando posições de possíveis novos docentes. Em suma, de um ponto de vista formal, a docência está sendo parcialmente terceirizada.

A reforma de carreira passa ao largo

destas questões tratando apenas da criação de níveis de carreira intermediários, um entre MS-3 e MS-5 e outro entre MS-5 e MS-6. Esta proposta permite uma progressão salarial para aqueles cujo perfil se situa entre os perfis do nível base e do, atualmente, imediatamente superior. Reduz ainda a pressão dos professores adjuntos (MS-5) que almejam ascender à posição de titular.

Na ADUNICAMP foi criado o GT CARREIRA que reunindo-se regularmente faz um levantamento detalhado de questões que surgem quando nos debruçamos sobre o Projeto e o analisamos, tendo como pano de fundo as muitas dúvidas que se tornam visíveis ao analisar situações especiais.

Foram destacados três aspectos:

I. dificuldades com a isonomia das carreiras das três universidades públicas paulistas. A USP já tem aprovada uma carreira diferente desta e a UNESP discute uma outra;

II. submete à aprovação da CADI os resultados da avaliação realizada por uma banca constituída em cada Unidade e composta por membros internos (2) e externos (3) à Unicamp.

III. como será feito o enquadramento dos aposentados.

A questão da isonomia só pode

ser resolvida de forma satisfatória se a carreira for discutida no âmbito das três universidades, utilizando-se para coordenar esse processo a comissão de Isonomia composta por membros indicados pelos reitores (CRUESP) e pelo Fórum das Seis.

Não é razoável constituir uma banca, como as utilizadas nos concursos públicos (MS3, MS5 e MS6), e submeter o resultado dos trabalhos dessa banca a aprovação de um órgão interno da Unicamp, menos ainda à CADI que é uma comissão subordinada ao Gabinete do Reitor cujo papel é opinar sobre questões relativas ao quadro docente. O resultado do julgamento da banca em deve ser HOMOLOGADO por um órgão decisório da Unicamp, neste caso o CONSU, e deve-se ainda prever que este seja a instância de eventuais recursos.

Devem ser elaboradas regras de correspondência entre os níveis da atual carreira com os da nova carreira para que seja garantido um parâmetro de paridade dos proventos dos aposentados com os ativos.

Há ainda a considerar que, em função de peculiaridades específicas das atividades desenvolvidas em cada Unidade, os currículos dos docentes apresentam características distintas. Uma delas é que as linhas do tempo

são substancialmente distintas para docentes de Unidades diferentes. Assim, como levar em conta que em algumas Unidades uma grande porcentagem de docentes está no nível MS-3 há quinze, até 20 anos?

Ainda nesta edição do jornal

Publicamos documento assinado por parte dos representantes docentes no CONSU no qual estão explicitadas opiniões e manifestadas preocupações a respeito da reforma da carreira docente, entre outras, com relação aos pontos I. e II. destacados no texto.

No dia 16 de julho passado, reunidos em São José do Rio Preto, cerca de 400 educadores, entre os quais três docentes da UNICAMP, fundaram a Associação Brasileira de Educadores Marxistas (ABEM). Neste Jornal consta um relato do evento.

Carreira docente e reforma universitária, além da organização dos trabalhadores e da crise econômica, foram temas intensamente debatidos no 54º CONAD do ANDES-SN, realizado em julho passado em Curitiba, do qual participou delegado indicado por assembleia da ADUNICAMP. Uma sinopse do que lá aconteceu pode ser lida mais adiante.

Finalmente, estão sendo retomadas as atividades do CINECLUBE.

BOA LEITURA!

Adunicamp – Associação dos Docentes da Unicamp Seção Sindical

Rua Érico Veríssimo, 1.479, CEP 13083-851,
Cidade Universitária, Campinas - SP
(19) 3521-2470

Internet: <http://www.adunicamp.org.br>
diretoria@adunicamp.org.br
imprensa@adunicamp.org.br

Coordenação: Adolpho Hengeltraub

Diagramação e Projeto Gráfico: Moema Joffily Dias e Fernando Piva;

Entrevistas e Textos: Moema Joffily Dias e Fernando Piva

Fotos: Arquivo Adunicamp; Tiragem: 3000

Periodicidade: mensal; Gráfica: SRG Gráfica e Editora (11) 4223-2210

Unicamp em números

Número de alunos por docente

1989 - 6,41

2008 - 16,81

Participe

A seção "Opinião do Leitor" é um espaço aberto para receber os textos de nossos leitores a respeito de assuntos relevantes tanto para a universidade quanto para o país. Os artigos serão assinados e de inteira responsabilidade do autor, pois os textos serão publicados na íntegra no jornal. Para que isso seja possível eles não devem passar de 3.500 caracteres.

Você pode enviar o seu texto para a seção "Opinião do Leitor" pelo e-mail: imprensa@adunicamp.org.br ou por carta para a nossa sede.

Reflexões sobre a Reforma da Carreira Docente

Vem ocorrendo, já há algum tempo, discussão nas universidades estaduais paulistas sobre a necessidade de reforma da carreira docente. Trata-se de uma carreira planejada e implantada há várias décadas, quando as características da atividade docente, e do próprio corpo docente, eram significativamente distintas das de hoje. Com o tempo, e o conseqüente aumento da defasagem entre a carreira e as referidas características, os seis níveis que originalmente a compunham (MS-1 a MS-6) acabaram reduzidos, de fato, a apenas três níveis (MS-3, MS-5 e MS-6). Isto em teoria, pois, na prática nem todos os professores associados (MS-5) ascendem a professores titulares (MS-6), em virtude da limitação na quantidade de cargos e de outros fatores relacionados aos mecanismos atualmente adotados para a mobilidade docente.

Em decorrência disto, a atual carreira docente, em termos da expectativa de progressão oferecida aos seus docentes, parece pouco estimulante. Ao deixar de estimular a progressão, a atual carreira pode deixar também de estimular a melhoria dos padrões de qualidade e desempenho que são a marca das universidades estaduais paulistas, e que caracterizam seu papel de vanguarda no cenário acadêmico nacional. Face à perspectiva de mudanças na carreira, decorrentes das discussões já em curso na USP e UNESP, faz-se urgente debater essa questão também aqui na UNICAMP. O objetivo é propor uma reforma que permita aos docentes, com base em critérios de mérito acadêmico, serem avaliados com vista à ascensão periódica na carreira, sempre acompanhada de incrementos salariais entre cada nível.

O passo inicial para a reforma da carreira deveria ter sido dado no âmbito do CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo), de forma a garantir a manutenção da isonomia das carreiras nas três universidades. Essa etapa passaria pelo estabelecimento de diretrizes gerais que orientariam as discussões nas unidades e colegiados das três universidades, buscando assegurar que a carreira docente reformulada tivesse as mesmas características fundamentais na USP, UNICAMP e UNESP. A carreira contemplaria assim as mesmas categorias, eventualmente prevendo subdivisões em níveis dentro de algumas delas. Para dar esse passo inicial, o CRUESP já havia, inclusive, criado em agosto de 2006 a Comissão de Isonomia.

Contudo, não foi isto o que ocorreu.

A USP adiantou-se nesse processo e criou sua própria comissão para analisar a reforma da carreira, independentemente do CRUESP. A proposta elaborada por essa comissão foi aprovada pelo Conselho Universitário da USP em março de 2009.

Contudo, a implantação dessa reforma encontra-se por ora suspensa, devido a uma medida liminar concedida pela justiça em decorrência de ação movida pela ADUSP. A proposta da USP prevê dois níveis na categoria de Professor Doutor e três níveis na de Professor Associada resultando, junto com a categoria de Professor Titular, em uma carreira com seis etapas.

Processo similar ocorreu na UNESP durante a segunda metade de 2008, também à margem do CRUESP, resultando em proposta de reforma da carreira elaborada por uma comissão interna. A proposta da UNESP é distinta da proposta da USP e não foi ainda submetida ao seu Conselho Universitário. Ela prevê a manutenção da categoria MS-2 e cria quatro níveis intermediários nas categorias MS-3 e MS-5. Juntamente com a categoria MS-6, essa proposta resultaria em dez etapas na carreira docente na UNESP.

A UNICAMP iniciou seu processo interno mais tardiamente, motivada pelo fato das outras duas universidades estarem com seus respectivos processos bastante adiantados. Em março de 2009 o Conselho Universitário foi informado pelo reitor sobre as propostas da USP e UNESP e foi criada uma comissão para elaborar uma proposta preliminar. Esta proposta foi divulgada no final de junho deste ano e difere tanto da proposta da USP, como também da UNESP. Ela prevê dois níveis na categoria MS-3, outros dois níveis na categoria MS-5, totalizando, junto com a MS-6, cinco etapas na carreira. Essa proposta está atualmente em fase de discussão nas unidades.

É evidente que a situação atual em relação à isonomia da carreira docente entre as três universidades encontra-se em cheque. Apesar da posição oficial, de que a isonomia seria garantida devido às três propostas contemplarem categorias comuns acessíveis por concurso (MS-3, MS-5 e MS-6), ela de fato não mais existirá a partir do momento em que cada universidade tiver os seus docentes enquadrados nos vários níveis intermediários dentro das categorias MS-3 e MS-5. Isto tornaria impossível na prática estabelecer equivalências entre eles, confrontando assim o conceito de isonomia.

Portanto, é de suma importância que as discussões da reforma retornem ao

CRUESP, para que sejam retomadas dentro do conceito de isonomia. Caso isto não ocorra, há riscos de que o CRUESP perca sua coesão interna, o que prejudicaria o seu papel de interlocutor junto ao governo do estado. Conseqüentemente, perderiam as universidades e ganhariam talvez apenas os que sempre se opuseram à autonomia de gestão financeira das universidades estaduais paulistas. O fato da implantação da carreira na USP estar *sub-judice* talvez contribua no sentido de fazer ver à direção daquela universidade a importância de rever sua decisão, e de se engajar em um movimento comum das três universidades em direção a uma nova carreira docente.

Voltando ao cenário interno da Unicamp, a proposta existente encontra-se em fase de discussão nas unidades. Esta é uma oportunidade ímpar de promover o debate interno sobre qual o modelo de carreira que melhor se adapta às características e necessidades de uma universidade moderna, pronta a encarar os desafios e as demandas dos tempos atuais. O primeiro passo dessa discussão passa pela análise das cinco etapas propostas para estruturar a nova carreira, no sentido de verificar se elas atendem efetivamente tais características e necessidades, bem como aos justos anseios por progressão na carreira por parte dos docentes.

Mas há também uma segunda etapa, tão ou mais importante, que tratará dos mecanismos de enquadramento dos atuais docentes nos níveis da nova carreira, os quais passam pela definição dos perfis acadêmicos relativos a cada um deles. A experiência recente da UNICAMP com o processo de definição dos perfis de Professor Titular mostrou que as unidades, por meio de seus colegiados internos, são o fórum mais qualificado para definir perfis, que em seguida seriam submetidos à apreciação dos órgãos colegiados superiores da universidade (CEPE e Consu). Essa mesma experiência sugere que esse processo seja cercado da devida cautela, no sentido de respeitar as características intrínsecas, e também as diferenças, de cada área do conhecimento quando se trata de definir critérios para julgamentos de mérito acadêmico, evitando ao mesmo tempo a adoção de critérios uniformes para toda a universidade, e/ou sua extrapolação entre distintas áreas.

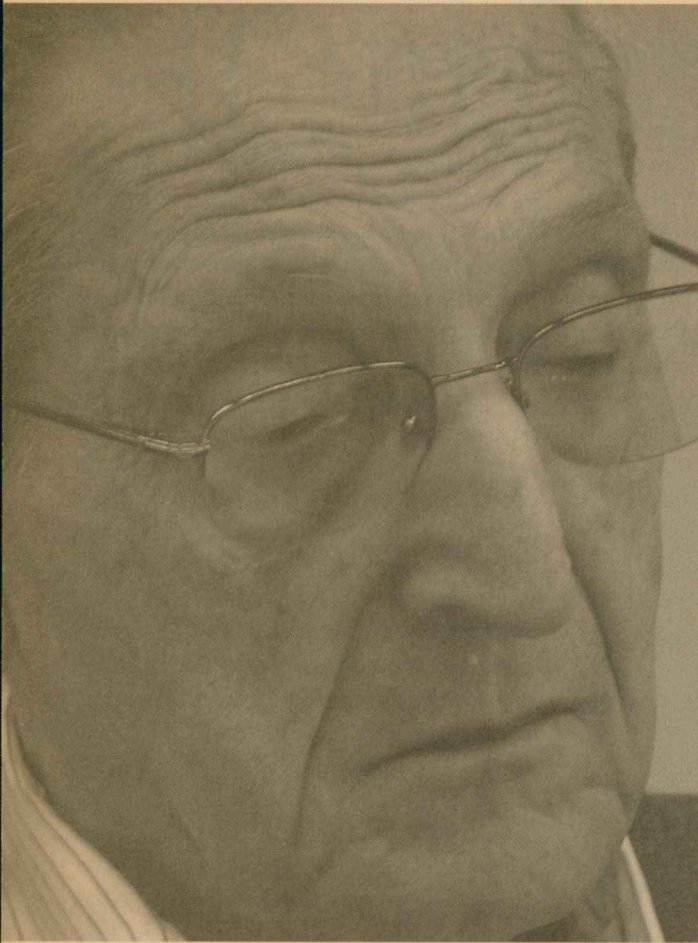
A proposta da UNICAMP prevê que a ascensão para os níveis intermediários das categorias MS-3 e MS-5, chamados na proposta respectivamente de MS-3 nível II e MS-5 nível II, seja feita por

juízo de mérito. Esse julgamento seria realizado por bancas examinadoras indicadas pelas unidades, compostas por 5 docentes, sendo 2 deles da UNICAMP e os outros 3 externos. Seria um processo "coletivo" ao nível de cada unidade, realizado uma vez por semestre e abrangendo todos os docentes da respectiva unidade que estiverem sendo avaliados para fins de promoção naquele período. Há que se considerar, contudo, que a diversidade interna em termos de áreas/sub-áreas do conhecimento existente em algumas unidades não seria contemplada com esse modelo. Nesses casos, pode haver necessidade de que seja ampliado o número de componentes da banca, ou de se prever a possibilidade de indicar mais de uma banca a cada semestre. De todo modo, a aprovação final da composição das bancas deveria ser feita pela CEPE, e não pela CADI conforme consta da proposta, tendo em vista ser a primeira uma câmara do Consu, com atribuição regimental para esse tipo de aprovação. Há, entre os docentes, os que pensam que talvez não seja necessário compor bancas para esse fim, podendo-se recorrer a mecanismos já consagrados na UNICAMP, como a análise dos relatórios periódicos de atividades dos docentes. Essa é uma discussão que merece ser feita ainda na fase atual.

A finalização do processo de avaliação de mérito, ainda segundo a proposta elaborada pela comissão da UNICAMP, ocorreria com a aprovação da CADI dos resultados das avaliações de progressão. Pelos mesmos motivos expostos anteriormente, a aprovação final deveria ocorrer na CEPE, a partir de parecer da CADI, respeitando-se assim o papel estatutário e regimental da CEPE, assim como sua natureza colegiada, o que não é o caso da CADI.

Finalmente, deve ser prevista uma etapa de transição de uma carreira para outra, que possibilite, entre outros fatores, atender à demanda reprimida que implicará inicialmente em um número elevado de processos de avaliação de progressão, demanda esta que naturalmente tenderá a diminuir nos próximos anos.

Assinam este documento os seguintes membros da Representação Docente no Conselho Universitário da UNICAMP: Alvaro Crósta, Cesar Nunes, Elias Tambourgi, Francisco Aoki, Francisco A. M. Gomes, Gastão Wagner, Giorgio Basilici, Heleno Corrêa Filho, João Frederico Meyer, Luis Henrique Aguilar, Luiz Fernando Milanez, Maria Luísa Moretti, Maria Sallente Aquino, Paulo Justi, Ricardo Antunes, Roberto Teixeira Mendes.



Em 26 de junho, durante a greve de docentes na Unicamp, Francisco de Oliveira e Plínio de Arruda Sampaio estiveram na Adunicamp debatendo a relação entre a universidade e as grandes questões nacionais. Após o debate eles nos concederam a seguinte entrevista sobre este assunto:

Jornal da Adunicamp - Como vocês estão vendo o cenário político atual e como a universidade se relaciona com isso?

Francisco - A meu ver, estamos em um processo de regressão. Esse processo de regressão tem lugar no campo dos Direitos Humanos em geral, mais especificamente no campo dos Direitos Trabalhistas; a questão do meio ambiente está sendo violentada cotidianamente. Regressão tanto no sentido evolucionista quanto no sentido psicanalista, é uma regressão histórica. E o papel da universidade é deter essa regressão. Mas isso não quer dizer que é qualquer coisa, não é qualquer coisa. Tem que ser sempre algo que se fundamente em primeiro lugar nos direitos dos trabalhadores, nos direitos humanos, que são, na verdade, uma ampliação dos direitos dos trabalhadores. A obrigação da universidade - sem nenhum utilitarismo, sem transformar a universidade numa correia de transmissão de nenhuma classe social -, principalmente num país tão obscenamente desigual, é lutar para deter o processo de regressão e fazer a sociedade avançar. Amartya Sen, que é um famoso economista

“O Capitalismo é como o rei Midas, onde o Capitalismo põe a mão vira mercadoria. E a universidade virou mercadoria.”

indiano, que, pela primeira vez tirou o Prêmio Nobel da mão dos anglo-saxões, disse que desenvolvimento é expansão para a liberdade. É isso que a universidade tem que ser: uma expansão da liberdade fundada nos direitos.

JA - Recentemente nós tivemos uma expansão de vagas nas três universidades paulistas, que, por um lado, foi muito aplaudida pela mídia - USP Leste, os novos campi da Unesp, Limeira. Mas, por outro lado, essas trazem cursos que mudam o viés da universidade ao qual estamos acostumados (Unicamp, USP e Unesp). Essa nova conformação de universidade, incluindo aí a Universidade Virtual (Univesp), será capaz de responder ao propósito para o qual foi criada? Quem vão ser esses intelectuais que sairão dessas universidades? Como é que vocês avaliam isso?

Plínio - É um projeto mundial. Um projeto do Capital. O Banco Mundial é um financiador desse projeto. E o projeto é transformar o universitário em um operador do sistema. No primeiro mundo, nos países ricos, ele é um operador de primeira grandeza, ocupa os maiores postos, e no mundo subdesenvolvido ele é um operador auxiliar. Vai fazer um trabalho, digamos, secundário, rotineiro, já estabelecido, não vai estar na vanguarda da descoberta tecnológica, na vanguarda do pensamento filosófico, na vanguarda do pensamento econômico. Vai estar atrás, aplicando os instrumentos que já foram desenvolvidos. E é por isso que é uma universidade bem comportada, uma universidade que assusta quando tem uma greve, uma universidade em que a maioria dos alunos fica assustada, quando o normal da universidade é a rebelião. Tudo o quanto é rebelião começou na universidade. De modo que é dramático que as autoridades brasileiras estejam aplicando ponto por ponto esse projeto.

JA - Atualmente a gente vê uma série de pesquisas na universidade que não passam, na verdade, de um passinho a mais que o pesquisador dá, que nunca vai além porque o próximo vai dar continuidade. Recentemente o Ministério da Educação divulgou: fomos do décimo quinto ao décimo terceiro no número, na produção de trabalhos; mas também caímos nas citações, o que seria, mais ou menos, um indicador de falta de qualidade. E, por outro lado, as universidades estão sendo usadas como “grifes”. Como é que

vocês vêem esse cenário da utilização da universidade pelas empresas privadas?

Francisco - Olha, Sartre tem uma definição de intelectual que, para mim, é a mais pertinente de todas. É aquele que se mete onde não foi chamado. Agora, esse ensino e essa pesquisa repetitiva não são coisas de intelectuais. São coisas de um sistema de produção em massa que vai partindo em fragmentos. Uma linha de produção irrelevante. Nas ciências hard, já é prática comum que um artigo é subscrito por dez pesquisadores, porque isso enche currículo, enche para a CAPES e satisfaz ao ministro de educação, que diz que o Brasil passou de uma colocação tal para uma colocação superior.

Plínio - Como se isso quisesse dizer alguma coisa. O que é que quer dizer ser vinte e cinco, trinta e dois ou quinze? Isso não tem lógica nenhuma. O Capitalismo é como o rei Midas, onde ele põe a mão vira ouro, onde o Capitalismo põe a mão vira mercadoria. E a universidade virou mercadoria. A tese virou mercadoria, uma mercadoria que tem preço no mercado.

Francisco - A universidade virou uma “grife” muito forte, que é vendida... E a tal ponto que invadiu até outros campos. Porque você vê na rua qualquer pessoa com uma camiseta em que está escrito “Harvard”. E é só uma camiseta vendida em qualquer esquina, não tem importância nenhuma. E mais: a universidade está sendo tão desprezada pelo poder público, basicamente, que o que é mais importante na ciência hoje está fora da universidade. Aqui, exatamente em Campinas, eu cito esse caso porque é sintomático. Campinas ajudou a fundar o Laboratório Nacional de Luz Sincontron, que é uma área de pesquisa avançadíssima. No hemisfério sul só existe ele. E mesmo comparado com o hemisfério norte, é um laboratório avançadíssimo. Pois ele não está na universidade. Ele é uma organização social, que a Lei Fernando Henrique permitiu, fora da universidade para controlar serviços com empresas. Quer dizer, a universidade está sendo descartada. Por quê? Os argumentos são os argumentos eternos daqueles que não querem na verdade uma República: querem a casa grande e a senzala. Então, o que é público exige licitação, exige controle, exige auditoria. Um laboratório como esse, que é uma organização social, pode fazer sem licitação, não tem isonomia salarial,

A universidade está sendo tão desprezada pelo poder público que o que é mais importante na ciência hoje está fora da universidade

não tem nada. Esse é o ideal neoliberal que entrou na universidade. O que espanta, o que choca é que - tendo sido pessoas formadas pela universidade brasileira, com todo o seu esforço e (para usar uma expressão retumbante) com o sangue e o suor do povo - agora eles são antiuniversidade. O senhor Fernando Henrique Cardoso, que foi educado na USP, com dinheiro público, de graça, ninguém pediu a ele nenhuma devolução, o senhor José Serra, formado aqui na USP, o senhor Paulo Renato, que foi formado também pela USP, que foi reitor da Unicamp, são antiuniversidade. Não sei como é que cabe isso na cabeça de alguém. Se eles mesmos olham para a universidade assim. E não só olham, como praticam atos contra a universidade.

Plínio - Um historiador que vá fazer a história desse tempo vai chamar isso aqui de a era das surpresas, a era das coisas incompreensíveis. Porque é realmente incrível que essa geração que foi, inclusive, uma geração de luta nos seus vinte, trinta, quarenta anos, aceite esse abastardamento de tudo o que é nosso. E das coisas que nós tínhamos mais carinho, que é a universidade. Que era a universidade que o Brasil tinha feito pública, que tinha feito com um nível bom. E, no entanto, isso está acontecendo sem praticamente nenhuma reação da sociedade. É uma surpresa, a era das surpresas.

JA - A política educacional do governo Lula tem sido, de uma certa maneira, uma continuidade do que vinha sendo feito nos dois governos anteriores do Fernando Henrique. Não parece ser uma ruptura muito grande...

Francisco - Nem muito grande, nem muito pequena...

JA - Pois é, mas em certo momento eles se colocaram como agentes distintos, e todo mundo imaginava que fosse feita uma ruptura nesse projeto que, na verdade, vem precarizando a universidade pública e vem tornando a educação, cada vez mais, uma mercadoria. Como vocês encaram essa política, de educação em geral, mas principalmente para as universidades?

Plínio - Ah, essa é a surpresa das surpresas. Um líder operário, nascido no chão da fábrica, levado ao poder pelas massas populares, que ele tenha realmente adotado a política do seu antecessor,

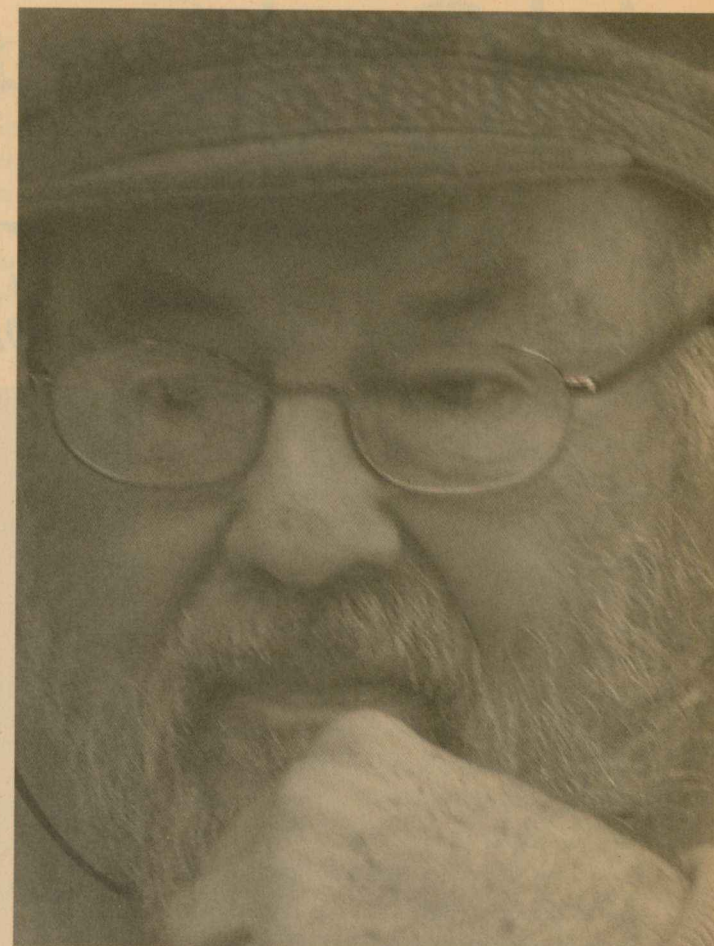
que é uma política de defesa da classe burguesa: essa é a surpresa das surpresas. Eu não consigo entender até hoje, como é que houve...

Francisco - Eu chamei isso de hegemonia às avessas. Porque chega ao poder com um mandato popular, claramente, depois de uma longa travessia do deserto, para realizar os objetivos dos seus adversários. Quer dizer, como entender isso? Porque com avesso é assim, ele parece muito com o direito, mas ele é o avesso. Ele é o outro lado. Então, o Lula e o PT, para dar os nomes aos bois, chegam ao governo por um mandato que era para negar os mandatos anteriores e o confirmam. Eles fazem a façanha, que é uma façanha histórica em nível mundial - o Brasil é tão surpreendente! -, que é tornar os trabalhadores sócios do êxito do Capitalismo. Deste Capitalismo aqui.

JA - Voltando um pouquinho para a universidade, antigamente a pessoa era contratada como um docente e principal função dela na universidade era dar aulas. Agora a cobrança por produção tem crescido cada vez mais. Durante esse período de greve, conversando com uma professora, ela me disse que estava em greve na Unicamp, mas que não havia modo de fazer greve na CAPES, na FAPESP, no CNPq, que são como outros padrões, porque se deixar de entregar relatórios ou fazer outras atividades tanto ela como seus alunos podem sair prejudicados. Como é que vocês vêem a intromissão dessas agências financiadoras?

Francisco - Ela deveria começar a fazer greve com a CAPES e com a FAPESP também. Eu vou lhe contar uma pequena historinha pra ilustrar esse caso. Quando houve a polêmica sobre o pessoal produtivo e improdutivo (foi o Goldenberg que forneceu a lista à Folha de São Paulo), Celso Furtado me mandou um artigo que é o seguinte: será que Piero Sraffa podia ser considerado improdutivo? Piero Sraffa era um italiano que, devido à luta contra o fascismo, migrou para a Inglaterra e transformou-se num dos grandes economistas neoricardianos do século XX. E ele escreveu dois artigos a vida toda. Desse tamanho. Dois artigos que são referência fundamental pra quem quiser estudar David Ricardo.

Plínio - Ele ficou vinte anos, trinta anos sem publicar nada. E nem aula não dava. E depois saiu com esse livrinho desse tamanho e mudou o paradigma do estudo de economia. Então, quer dizer...



Francisco - O que ele fez mais? Ficou só chupando manga, como os índios dizem? Não, ele simplesmente editou e comentou toda a correspondência de Ricardo. Então, quer dizer, isso, não só para as ciências econômicas, para as ciências humanas é um legado inestimável. Pelos critérios da CAPES, da FAPESP, de Goldemberg ele seria improdutivo.

Plínio - Isso é impossível. O trabalho intelectual é uma tensão. Não é uma coisa que você pode programar como se programa uma produção de meia. Estão abastardando o ensino universitário, estão abastardando a vida intelectual. A vida intelectual é um compromisso, e a universidade só teve peso quando ela respeitou esse compromisso. De modo que essa é a reação que nós temos que fazer hoje, nós temos que lutar pela dignidade do ensino universitário. Você hoje tem uma cultura "Wikipedia" sobre qualquer assunto. Qualquer menino, se eu disser "o que pensa o Heidegger?", vai na Wikipédia, digita Heidegger e diz: "o Heidegger pensa isso". Então, realmente é uma visão medíocre. E nós não podemos aceitar a mediocridade.

Francisco - Mas o Capitalismo mediocriza tudo. Eu tenho um velho amigo, que foi muito influente na minha formação, felizmente, que dizia assim, de uma forma muito sarcástica: "o Capitalismo é tão infernal que se você, durante décadas, der uma sopa de letras ao invés de capim a um boi, ele vai falar".

HC: desvincular ou manter?

Crescimento do setor saúde e aumento de verbas são os principais pontos do debate sobre a desvinculação dos hospitais universitários

Um dos assuntos que deve ser intensamente discutido neste segundo semestre na comunidade acadêmica da Unicamp é o projeto de autarquização dos hospitais universitários do estado de São Paulo. A proposta é desvinculá-los das universidades e, portanto da Secretaria de Ensino Superior e passá-los para a Secretaria Estadual de Saúde.

Como a finalidade de dar início a esta importante discussão no último dia 5 de agosto foi realizada no auditório da Faculdade de Medicina (FCM) da Unicamp uma Reunião Pública da qual participaram os diretores das faculdades de medicina da Unicamp, José Antonio Rocha Gontijo, da USP, Marcos Boulos, da USP Ribeirão Preto, Benedito Carlos Maciel e da Unesp, Sérgio Swain Muller e diretores gestores de três dos quatro núcleos que compõe a área de saúde da Unicamp: Luiz Carlos Zeferino (Hospital de Clínicas), Oswaldo da Rocha Grassioto (Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher) e Sara Teresinha Olalla Saad (Hemocentro).

A reunião foi apresentada em duas etapas, cada uma sucedida por um debate entre os convidados e a plenária, composta por docentes, funcionários e estudantes.

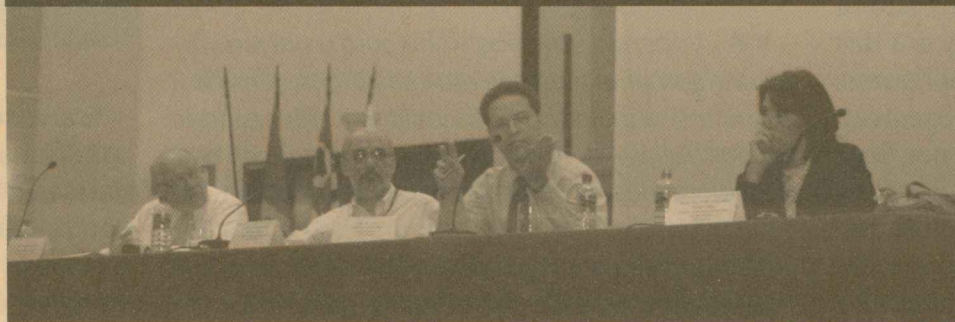
Pela manhã os participantes apresentaram a proposta de autarquização dos hospitais como medida para resolver o problema do financiamento e da dificuldade de crescimento dentro da estrutura universitária, uma vez que, sob a égide da universidade, eles têm uma verba limitada pelo repasse do ICMS feito pelo governo do Estado. Segundo os debatedores, estando sob a guarda da Secretaria de Saúde a situação seria diferente, e com maiores possibilidades de expansão.

Para explicar este ponto os professores Marcos Boulos e Benedito Carlos Maciel mostraram as estruturas dos hospitais que dirigem (os números de docentes, médicos, funcionários e leitos) e seus respectivos orçamentos e financiamentos, vindos da Secretaria e das fundações



Foto acima, da esquerda para direita: Marcos Boulos, Sérgio Swain Muller, José Antonio Rocha Gontijo e Benedito Carlos Maciel.

Foto abaixo, da esquerda para direita: Oswaldo da Rocha Grassioto, José Antonio Rocha Gontijo, Luiz Carlos Zeferino e Sara Teresinha Olalla Saad.



de apoio. Sérgio Swain Muller, por sua vez fez um relato da situação do hospital de Botucatu, dizendo que a expansão do hospital não era possível diante do orçamento da Unesp e que há anos a autarquização vem sendo discutida lá.

É preciso explicar que tanto o Hospital das Clínicas (HC) de São Paulo quanto o de Ribeirão Preto já iniciaram as suas atividades como autarquias, enquanto os da Unicamp e da Unesp são parte da universidade, o que difere as realidades apresentadas.

Atualmente o repasse da USP para o HC é de aproximadamente 10% do orçamento do mesmo e a faculdade de medicina é responsável por sua gestão. O restante da verba vem de repasses do SUS e das fundações. No caso da Unicamp e da Unesp o financiamento dos hospitais é feito pelo repasse do SUS e pela verba que as universidades destinam aos mesmos.

No debate realizado à tarde, os principais pontos salientados pelos debatedores foram: administração e orçamento de cada unidade representada. A falta de

manutenção estrutural, o problema de contratação de pessoal e a necessidade de expandir para atender melhor a demanda, foram os argumentos favoráveis à autarquização.

O Professor Luiz Carlos Zeferino apontou ainda a autonomia universitária como entrave à expansão do hospital. Segundo ele, citando o professor Aristodemo Pinotti, quando a discussão era feita com o governador era muito mais fácil a ampliação de verbas ou a captação de mais recursos, agora que a universidade é quem define a destinação orçamentária a situação do hospital é diferente e limitados na possibilidade de ampliar os recursos?.

A Secretaria Estadual de Saúde vem demonstrando interesse nos hospitais de forma bastante explícita. Segundo o site da Unesp (http://www.fmb.unesp.br/noticia_detalhes.php?vID=934) em reunião da Congregação da Faculdade de Medicina da Unesp Sérgio Müller salientou que o secretário Luiz Roberto Barradas Barata chegou a declarar seu interesse de que os hospitais passem para

a sua pasta.

Questão de saúde pública

O compromisso com o atendimento à saúde pública foi um dos principais argumentos para a expansão dos HCs que, há muito ultrapassaram seu caráter de hospitais escola. A qualidade deles é referência nacional e em poucos lugares se consegue tantos especialistas como ali. E esse é um dos motivos pelo qual a Secretaria da Saúde vem cortejando-os.

A preocupação com as pesquisas e com a extensão é outro ponto levantado pelos debatedores favoráveis à mudança. Competindo por verbas com o atendimento e com o ensino, não dá para aumentar o número de pesquisas.

Preocupações:

Após as apresentações dos convidados, docentes, funcionários e estudantes tiveram a oportunidade de debater sobre as questões apresentadas e as principais preocupações apontadas foram:

Qual a garantia de manutenção da qualidade tanto do ensino como do atendimento nos hospitais quando eles passarem para a Secretaria da Saúde? Como ficarão as situações de docentes e funcionários? Qual será o gasto da universidade com o repasse para pagar os salários dos mesmos? Quem irá gerir os hospitais? E, por fim, se o hospital ultrapassa em muito o ensino no sentido de atender à saúde da população, não seria o caso de fazer uma parceria com a secretaria de saúde, como a que já existe com o SUS ao invés de autarquizar?

A Unesp e a autarquização:

A Unesp deu nesta semana mais um passo em direção à autarquização de seu hospital de Botucatu. No último dia 7 a Congregação da Faculdade de Medicina aprovou o processo durante uma reunião na qual a questão foi colocada. Seis participantes, entre eles funcionários e estudantes, se abstiveram da votação.

Na Unicamp a proposta ainda está em fase de apresentação, mas é preciso que a comunidade esteja bem informada sobre quais serão as conseqüências para tomar uma decisão sobre o assunto.

54° CONAD

Crise econômica, organização dos trabalhadores, carreira docente e reforma universitária foram os pontos principais de discussão do Conselho

Entre 16 e 19 de julho aconteceu no auditório da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em Curitiba, o 54° CONAD, Conselho Nacional do ANDES-SN. Realizado uma vez ao ano o Conselho tem por finalidade a análise e o levantamento de propostas de ação para combater os grandes problemas nacionais e sua ligação com a educação no país e teve como tema central a união dos trabalhadores para enfrentar a crise, defender a educação pública e os direitos sociais.

O evento contou com a presença de cerca de 250 pessoas entre delegados, observadores e diretores do ANDES-SN, representando 55 seções sindicais. Diferentemente do que acontece no Congresso do ANDES, em que o número de delegados pode chegar a 10 por entidade, no CONAD a representação é feita por um membro com direito a voz e voto.

A crise econômica mundial e suas repercussões no ensino foram o assunto principal do encontro, mas questões como a recuperação do registro sindical, a necessidade de fortalecer e ampliar os movimentos que se contrapõem os projetos de lei sobre a reforma universitária e demais propostas que buscam alterar o conceito de Universidade Pública da atualidade e a mudança na carreira docente também foram abordadas.

Os trabalhos do CONAD são realizados através de grupos de discussão e levantamento de propostas para os temas apresentados. Formados por delegados e apoiados em textos e TRs (textos de resoluções), estes grupos devem apresentar à plenária o resultado para que possam ser debatidas e votadas.

Este ano os temas foram:

I - Movimento docente e Conjuntura: avaliação da atuação dos ANDES – SN frente às centralidades estabelecidas no 28° CONGRESSO.

II – Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores.

III – Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores

IV – Questões organizativas e financeiras do ANDES – SN

Durante a cerimônia de abertura duas importantes questões foram colocadas pela direção: o registro sindical do ANDES e a criação de uma nova entidade para a organização dos trabalhadores.

Registro Sindical

Para Ciro Correia, atual presidente do ANDES, a recuperação do registro sindical pelo ANDES é uma vitória, pois fortalece o trabalho do sindicato ampliando sua atuação e passando a representar plenamente todos os docentes do ensino superior, inclusive os das instituições privadas, além de inibir o desenvolvimento de movimentos oportunistas, que vem a categoria como um excelente negócio, principalmente após a aprovação da cobrança do imposto sindical para funcionários públicos. O presidente considerou ainda que as políticas estão cada vez mais articuladas e que buscam transformar a educação pública em instrumento dos interesses mais imediatos do mercado e que é dever de todos trabalhar para que a educação não seja tratada como uma mercadoria,

e sim como um direito social.

Organização

A organização dos trabalhadores brasileiros foi discutida em seminário do qual participaram como debatedores José Maria de Almeida, presidente da CONLUTAS, Edson Carneiro Índio, dirigente da Intersindical, e José Vitorio Zago, da diretoria do ANDES – SN.

A proposta é criar uma nova entidade que agregue tanto movimentos sociais como sindicais e possa representá-los política e juridicamente, que tenha autonomia, independência em relação ao estado e partidos políticos e que seja criada pela base e não em função de dirigentes.

CONAE

A Conferência Nacional de Educação (<http://portal.mec.gov.br/conae/>), que deve ocorrer entre 21 de março e 1º de abril de 2010, tem como finalidade definir as diretrizes de um sistema nacional de educação. Organizada por uma Comissão Nacional, dela devem participar representantes dos poderes pú-

blicos nacional, estaduais e municipais, além de entidades que atuam direta ou indiretamente na área da educação.

A participação do ANDES-SN nesta conferência foi discutida em plenário no CONAD por causa do atrelamento dos debates do CONAE às políticas governamentais para a educação. Defensor da presença do sindicato nacional, César Minto, ex-diretor da Adusp declarou: “Sem ter a ilusão de que poderemos aprovar amplamente nossas idéias, é importante participarmos com maior peso, pois muitos delegados que estarão no evento podem desconhecer a vasta contribuição do ANDESSN em termos de propostas para o ensino público no país” (conforme reportagem publicada no Boletim nº2 do 54° CONAD).

Para maiores informações acesse:

- <http://conad.sindutfpr.org.br/>
- http://portal.mec.gov.br/conae/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=57

Fundada a Associação Brasileira de Educadores Marxistas

Em São José do Rio Preto, no dia 16 de julho p.p. por volta de quatrocentos educadores aprovaram o estatuto da ABEM. A natureza dessa entidade é distinta das demais entidades de educadores: não se trata de entidade profissional, sindical, mas de congregação dos educadores, em sentido amplo, ou seja professores universitários, da rede do ensino básico e fundamental, pesquisadores, estudantes e participantes dos movimentos populares.

Não se tratava de reduzir educação à formação escolar. Educadores, no sentido gramsciano, são todos aqueles que atuam no equacionamento dos problemas que atingem o conjunto das classes trabalhadoras e procuram sua solução. O tema do Encontro foi “Socialismo e Educação na América Latina”. Como afirma a apresentação do Encontro.

Socialismo e Educação são mais que temas de discussão. No contexto histórico atual colocam-se como reais demandas político-sociais, caminhos imprescindíveis na luta dos trabalhadores contra o capita-

lismo. Por isso, aprofundar o debate nessa perspectiva contribui, de modo incontestável, para a elaboração de novas formas de luta e a revitalização das existentes no confronto cotidiano com a perversa realidade social, tendo a práxis como método permanente na ação e reflexão.

Nesse caminho, o IV EBEM espera estreitar os laços com os trabalhadores e movimentos sociais que se oponham claramente ao capital, somando forças, abrindo novas trincheiras que permitam avançar no difícil caminho da construção da nova sociedade, onde a contradição propriedade privada e produção social seja finalmente superada pela produção e apropriação sociais, num percurso societal cuja prioridade central seja a humanização do próprio homem.

Reuniões de apresentação de trabalho por parte dos inscritos versavam sobre: Socialismo, capitalismo, filosofia e história da educação: concepções e práticas; Educação: processos de dominação, resistência e transformação; Socialismo e educação na América Latina; Marxismo:

concepção e método; Alienação, luta de classes e educação na sociedade contemporânea; Marxismo, conhecimento e educação; Educação, escola e luta de classes; Formação omnilateral e educação escolar na perspectiva marxista; Professor como trabalhador e reformas educacionais na América Latina; Trabalho e educação; Precarização e pragmatismo na formação de professores; A educação nos movimentos sociais classistas e Marxismo, movimentos sociais e políticas estatais

Além disso mesas trabalharam os grandes temas como Socialismo e Educação na América Latina; Teoria marxista, Método Dialético e Educação Escolar; Professor como trabalhador, método dialético e Educação escolar; Processos Educativos em Movimentos Sociais Classistas; Alienação, Luta de Classes e Educação na Sociedade Contemporânea.

Da UNICAMP participaram os professores: Edmundo Fernandes Dias, Plínio de Arruda Sampaio Junior e Ricardo Antunes.

Debates Adunicamp

Reforma da Carreira Docente

Convidados: Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca (Comissão de Reestruturação da Carreira do Magistério Superior) e o Prof. Dr. Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva (Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário).

Data: 20/08/2009

Horário: 12h

Local: Auditório Adunicamp

Professor, a sua carreira está em debate. PARTICIPE!

Cineclube Adunicamp

Expoentes do Cinema Novo abrem as apresentações do segundo semestre

Após o período de férias o cineclube "Antônio Fernando dos Santos Penna" retomará suas atividades no próximo dia 19/08.

Nesta que será sua 5ª fase, e que ocorrerá entre 19/08 e 30/09, serão exibidos uma seleção dos principais filmes do Cinema Novo brasileiro.

Após cada apresentação, como ocorreu nas fases anteriores, haverá dis-

cussões sobre os filmes, das quais os espectadores podem ou não participar.

Os interessados podem deixar suas sugestões para próximas fases ou mesmo de filmes que gostariam de ver, contribuindo, assim para melhorar cada vez mais os trabalhos do cineclube.

As entradas são gratuitas e as sessões acontecem às quartas-feiras a partir das 18h.

Programação

Terra em transe 19/08

Ano: 1967

Direção: Glauber Rocha

O pagador de promessas 26/08

Ano: 1962

Direção: Anselmo Duarte

Dona Flor e seus dois maridos 02/09

Ano: 1976

Direção: Bruno Barreto

Macunaíma 09/09

Ano: 1969

Direção: Joaquim Pedro de Andrade

Gabriela 16/09

Ano: 1983

Direção: Bruno Barreto

Memórias do cárcere 23/09

Ano: 1984

Direção: Nelson Pereira dos Santos

Bye bye Brasil 30/09

Ano: 1979

Direção: Cacá Diegues



Jazz na Adunicamp

No próximo dia 27/08 (5ª feira), às 20 horas, a Adunicamp promoverá a "Noite de jazz" com quarteto formado pelos renomados músicos Rick VanMatre (saxofone) e Phil Degreg (piano), com grande atuação no cenário jazzístico norte-americano, e os brasileiros Bruno Mangueira (violão e guitarra) e José Alexandre (baixo), importantes nomes na música instrumental brasileira.

Rick VanMatre é saxofonista, Professor e Diretor do "Jazz Studies" na University of Cincinnati College-Conservatory of Music. Gravou como solista com a PsychoAcoustic Orchestra, a Cincinnati Pops Orchestra, Latin X-Posure, e o CCM Faculty Jazztet, já se apresentou com artistas como John McNeil, Bobby Shew, Gene Bertoncini, Tim Hagans, Rosemary Clooney, e a Duke Ellington Orchestra liderada por Mercer Ellington, e a Woody Herman Orchestra, dirigida por Frank Tiberi.

VanMatre apresentou-se como saxofonista e palestrante na International Association for Jazz Education, Music Educators National Conference, a North American Saxophone Alliance (NASA), a World Saxophone Congress, e publicou no Saxophone Journal. Atualmente é membro do conselho executivo e coordenador de jazz para NASA e membro do conselho editorial da revista Saxophone Symposium.

Phil Degreg é pianista e professor. Suas primeiras influências jazzísticas foram Bud Powell e Bill Evans, mas hoje atua em uma grande diversidade de estilos de jazz, do bebop ao jazz brasileiro, como é conhecida a Bossa Nova nos EUA. Estudou com Dan Haerle, John Elliot, Jim McNeely e Kenny Werner, e já excursionou com a orquestra de Woody Herman. Possui mais de dez Cds gravados e participação em vários outros. Por 15 anos foi o "pianista da casa" do "Blue Wisp Jazz Club", em Cincinnati (Ohio), onde acompanhou grandes nomes do jazz

como Slide Hampton, Carl Fontana, Dizzy Gillespie, Joe Lovano, Bobby Shew, Junior Cook, Gene Bertoncini, Mark Murphy, Billy Hart, Stanley Turrentine, Lew Tabackin, Red Holloway e Richie Cole.

Bruno Mangueira é bacharel, mestre e doutorando em Música pela UNICAMP. Apresentou-se e/ou gravou com Gilson Peranzetta, Nelson Ayres, Hélio Delmiro, Elba Ramalho, Filó Machado, Jamelão, Ulisses Rocha, Mauro Senise, Vinícius Dorin, Mané Silveira e Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas. Realizou trabalhos de arranjo e direção musical para CDs, DVD, espetáculos, big bands e orquestra sinfônica. Em 2008, realizou apresentações nos Estados Unidos com o pianista Phil DeGreg e workshops na University of Cincinnati. Recentemente. Atualmente é professor da Escola de Música do Estado de São Paulo – Tom Jobim e integra a Banda Urbana e o trio Azeviche. O primeiro CD de Bruno Mangueira, com repertório autoral, está sendo lançado em 2009, e conta com a participação de Toninho Horta, Robertinho Silva, Nailor Proveta, Toninho Ferragutti, Léa Freire, Tiago Costa, Paulo Paulelli, Edu Ribeiro, Gabriel Grossi e Rodrigo Ursaia.

José Alexandre é contrabaixista e arranjador. Atua em diversos estilos e formações, tanto na música popular como erudita. Já acompanhou artistas como Eliete Negreiros, Mônica Salmaso, Ná Ozzetti, Jair Oliveira, entre outros. No campo da música instrumental trabalhou em várias formações, ao lado de: André Mehmari, Nelson Ayres, Paulo Moura, Ulisses Rocha, entre outros. Participou das Orquestras Sinfônicas de Campinas e de Santo André. Integrou a Camerata de Cordas de Tatuí e a Oficina de Cordas de Campinas. Realizou temporadas com a Orquestra Jazz Sinfônica do Estado de São Paulo e Orquestra Sinfônica da USP (OSUSP). Atualmente é professor da Escola do Auditório do Ibirapuera e professor de contrabaixo no curso de Música da Unicamp. É Bacharel, Mestre e doutorando em música pela UNICAMP.